

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.280 - PE (2018/0141263-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER - RS018097
JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO -
PE024172
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado pela SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO DOS SUCUMBENCIAIS. PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL E NÃO ENFRENTADO NO DESPACHO INICIAL. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NOS TERMOS DO ART. 20, §4º, DO CPC/73. AGTR PROVIDO.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco que, em sede de execução de sentença, fixou honorários advocatícios em 3% (três por cento).

2. Quanto à preclusão, vale destacar que o pedido de honorários sucumbenciais é considerado implícito na inicial, competindo ao magistrado condenar, de ofício, a parte vencida, independente de requerimento expresso. A fixação pode ocorrer até o trânsito em julgado de sentença que, omissa nesta parte, não seja embargada. Nesse sentido, jurisprudência do STJ e deste TRF5: AgRg no AREsp. 983/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 27/04/2011; AgRg no REsp 1188906/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 26/11/2014; e AG 90616, 200805000719020, Desembargador Federal José Maria

Superior Tribunal de Justiça

Lucena, TRF5 - Primeira Turma, 02/12/2008.

3. No caso em exame, o exequente expressamente requereu na sua inicial a condenação em honorários na execução, mas o pedido não foi examinado no despacho citatório. Não tendo sido questionada essa omissão no momento oportuno, forçoso reconhecer a ocorrência da preclusão para a fixação de honorários sucumbenciais na ação da execução.

4. Agravo de instrumento provido para, em razão da preclusão, afastar a condenação em honorários advocatícios na execução contra a fazenda pública (e-STJ fls. 155/156).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 203/205).

Nas razões do especial, o recorrente alegou que houve ofensa aos arts. 20, §º e 4º, do CPC/73 e 85, §§ 14 e 15, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015; 22 e 23 da Lei nº 8.906/94.

Sustentou ter havido negativa de prestação jurisdicional e argumentou ser devido o arbitramento de honorários sucumbenciais, *in casu*, porquanto não teria ocorrido preclusão quanto ao tema.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 246/254 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fl. 256), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 261/273 (e-STJ).

Impugnação às fls. 289/296 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

A distribuição da competência entre órgãos julgadores que compõem o Superior Tribunal de Justiça é definida pela natureza da relação jurídica litigiosa, consubstanciada no pedido e na causa de pedir.

Na espécie, trata-se de questão processual suscitada em feito referente a Direito Administrativo, mais especificamente, a direito de servidores públicos civis.

Assim, a competência para julgamento do presente recurso é da Primeira Seção, pois a esse órgão cabe apreciar os feitos relativos a servidores públicos civis e a direito público em geral, nos termos do seguinte dispositivo do

Superior Tribunal de Justiça

Regimento Interno do STJ:

Art. 9º. *A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.*

§ 1º. *À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:*

(...)

XI - servidores públicos civis e militares;

(...)

XIV - direito público em geral.

Ante o exposto, determino a redistribuição do presente recurso a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator